

Nada fazer ou fazer melhor?

Passamos da inflação "indefinita" para uma inflação despu-
dorada. Se ficássemos longas ho-
ras perquirindo as causas do novo
surto inflacionário, certamente
nos convenceríamos de que não foi
apenas um, mas vários os fatores
que determinaram esta taxa de
24,04% em julho. Imputá-la à es-
tágem sobrevinda nos Estados
Unidos seria eximir-se de respon-
sabilidade. A verdade é que somos
todos culpados desta inflação: o
governo, pelo déficit público e fal-
ta de controle sobre a expansão
monetária, os assalariados por
acreditarem tolaemente que os
constantes reajustes podem prote-
gê-los contra a inflação, os empre-
gários por se defenderem preventi-
vamente de um eventual congela-
mento dos preços. Mas a investiga-
ção das causas deste novo surto só
ganha sentido se servir para que se
tomem providências que possam,
pelo menos, impedir que a espiral
inflacionária conduza à catástrofe.

A impossibilidade diante do
que está ocorrendo hoje seria um
acinte. Em junho de 1987, quando
a inflação assinalou seu recorde
histórico, não superado ainda, o
ministro Bresser Perreira optou por
um novo congelamento. Não pro-
pomos que seu exemplo seja imi-
tado, mas estamos apenas adver-

tindo que a Nação não suportará
passivamente esta inflação, cuja
taxa, para o próximo mês, nin-
guém é capaz de prever. Neste mo-
mento, a resposta à pergunta "o
que fazer?" exige tato, habilidade,
prudência e seriedade.

É preciso fazer alguma coisa,
mas não, decerto, um gesto teatral
para impressionar momentanea-
mente o público e arrancar-lhe al-
guns aplausos, com um jogo de
luzes que o impeça de ver a reali-
dade. Do governo, não se espera
teatro, mas circunspeção e serie-
dade.

Em primeiro lugar, seria preci-
so discrição e muita humildade,
pois os remédios para os males da
economia atuam lentamente e,
por vezes, provocam rejeições im-
previstas. Ninguém pode hoje as-
segurar que a inflação de agosto
será menor do que a de julho, mas
todos sabem que não irá cair nota-
velmente, a ponto de caracterizar
a de julho como um simples ac-
cidente de percurso.

Quando a inflação chega a es-
te ponto, numa economia total-
mente indexada, qualquer poeira
que penetre nos mecanismos eco-
nômicos pode acarretar conse-
quências terríveis. Se a inflação
brasileira tem diversas causas, é
evidente que uma única medida

não conseguirá eliminá-la. A in-
flação de hoje requer um conjunto de
medidas. Uma medida única pode-
ria produzir o resultado inverso do
pretendido. Os economistas orto-
doxos, consideram quase todos,
que é necessário combater mais
denodadamente o déficit público,
exercer maior aperto monetário e
executar uma política de rendi-
mento que amortça o impacto do
regime de indexação generalizada.

Se o ministro Mafson da Nó-
brega conseguisse manter o déficit
público em 4% do PIB, não seria
isso motivo bastante para nos dar-
mos por satisfeitos. As próprias
autoridades monetárias reconhe-
cem que um déficit público equi-
valente a 4% do PIB, segundo o
conceito operacional (sem as cor-
reções monetária e cambial), re-
presenta um déficit de 36,8% do
PIB em valor nominal. Ora, este
valor é incompatível com o contro-
le da inflação, sobretudo quando
este começa a escapar das mãos
das autoridades. A política fiscal
tem de ser revista, para adquirir
maior austeridade, especialmente
com novos cortes nos gastos.

A política monetária expan-
sionista destes últimos meses (em
junho, o crescimento da base mo-
netária nos 12 meses anteriores
chegou a 435,7%, contra 69,3% em

junho do ano passado) tem de ser
submetida a sério regime de em-
agrecimento, que exige sacrifícios
heróicos, inclusive, no entender de
alguns economistas ortodoxos, a
suspensão das conversões de dívi-
das externas em capital de risco. A
liquidez deve ser medida hoje não
apenas levando em conta os melos
de pagamento, mas, também, os
títulos federais fora do Banco Cen-
tral, que se tornaram uma verda-
deira moeda.

Quando se tivesse certeza de
manter o déficit público e a expan-
são monetária sob controle, então
se justificaria aplicar um redutor
sobre os rendimentos (salários e
rendimentos financeiros) a fim de
esbater os deletérios efeitos da in-
dexação.

Se estas medidas heróicas fos-
sem tomadas, a inflação certa-
mente não seria eliminada, nem
reduzida consideravelmente, mas
apenas se conjuraria o perigo de
hiperinflação e se reuniriam con-
dições para em seguida se cogitar de
um "choque heterodoxo" com al-
guma chance de êxito. Não há
atualmente condições para se tirar
proveito de medidas heterodoxas.
Por ora, basta fazer melhor o que
foi chamado de política de feijão
com arroz, receita a que faltam
ainda alguns condimentos...